

A Ofensiva Continua É PRECISO RESPONDER!

Mais um Acordo UGT/Patrões Agora para liquidar a Contratação Colectiva

A UGT, os Patrões e o Governo acordaram na **redução dos prazos** de vigência e sobrevivência da Contratação Colectiva. Com a entrada em vigor desta medida ficariam ameaçados de extinção imediata praticamente todos os contratos colectivos do sector, velha ambição do patronato e do governo, e ficaria aberta a porta a novas imposições anti-laborais por via legislativa, pois tem sido a contratação colectiva a razão para a declaração de inconstitucionalidade de muitos dos roubos que as troikas sonharam.

A aprovação das propostas de lei que o Governo apresentou representaria um passo atrás de consequências dramáticas para a vida dos trabalhadores do sector dos transportes, quer nas empresas públicas quer nas privadas, e exige-se a construção imediata da maior unidade possível contra estas medidas e o desenvolvimento da luta contra a sua aplicação.

Neste combate, como sempre, os trabalhadores podem contar com o PCP. Mas é na força da luta dos trabalhadores que reside a possibilidade de travar esta revisão do código de trabalho!

E na Revisão do Código de Trabalho querem ainda Prolongar o roubo no pagamento das horas extraordinárias

Na revisão do Código de Trabalho já aprovada em Conselho de Ministros vem ainda incluído o roubo no pagamento das horas extraordinárias. Como os trabalhadores bem sabem, o Tribunal Constitucional decretou a inconstitucionalidade da redução que hoje está a ser praticada e decretou que **a partir de 1 de Agosto as horas extraordinárias voltassem a ser pagas de acordo com o que está estabelecido na contratação colectiva.**

Pois o Governo quer que esse roubo se prolongue até 31 de Dezembro, para nessa altura o prolongar mais um ano, até ao momento em que a caducidade dos contratos torne desnecessária esta medida. E mais uma vez o Governo afronta uma decisão do Tribunal Constitucional para poder roubar a quem trabalha e engordar o patronato.

A partir de 31 de Maio é ilegal o corte de salários nas empresas públicas mas o Governo e as Administrações preparam-se para o aplicar!

Com a declaração de inconstitucionalidade do artigo 33º e a decisão dos efeitos se aplicarem após 30 de Maio, os trabalhadores das empresas públicas do sector que estavam a ser vítimas do roubo de 2,5 a 12% do seu salário recuperaram o direito a receber o salário sem esse roubo.

Mas as Administrações e o Governo preparam já um conjunto de medidas destinadas a não pagarem o roubo dos salários em Junho e a aprovarem novos roubos até ao final de Julho. Os trabalhadores têm direito ao seu salário e **devem exigir o pagamento já este mês dos valores devidos**, e resistir à aprovação de novos roubos, sejam provisórios (com o Orçamento Rectificativo) sejam definitivos (com a lei de redução de salários que está anunciada para ser aprovada na próxima quinta-feira)!

CLARIFICAR? SIM: GOVERNO RUA!
PAREM DE ROUBAR A QUEM TRABALHA!
**(É preciso dar força à Manifestação da CGTP-In de 21 de Junho,
e levantar a luta em cada empresa e no sector! BASTA!)**

Sector dos Transportes O.R.Lisboa
Partido Comunista Português

